



de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment"). A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualizada e a Administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes.

4.3 Estoques

Os estoques de matérias-primas são avaliados pelo custo de aquisição, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicáveis e os produtos em elaboração e acabados são avaliados pelo custo médio de fabricação, que não excedem o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos, quando aplicáveis, são constituidas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques.

4.4 Imobilizado

O ativo permanente é demonstrado ao custo de aquisição de formação ou construção, e reduzidos ao valor de recuperação dos ativos, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica estimada dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil econômica dos ativos e os itens que se desgastam durante a safra são reconhecidos como despesas quando realizados. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

4.5 Intangível

Os softwares adquiridos de terceiros são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados pelo método linear. O intangível que estava considerado nas demonstrações financeiras de 2017 foi baixado contra resultado dado que a Administração considerou a sua existência não passível de comprovação.

4.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar aos fornecedores são apresentadas como passivo não circulante.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo o que, na prática, significa

que são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

4.7 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-la, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

4.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o que excede R\$ 240 anuais. A contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

A Empresa é optante do regime de tributação sobre o lucro presumido, no qual a base tributável do imposto de renda e contribuição social é calculada por meio da aplicação do percentual de presunção de 8% e de 12 % sobre a receita de venda de produtos, respectivamente e 32% sobre a receita de prestação de serviços.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

4.9 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Empresa tem uma obrigação legal ou constituida de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e desde que a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.10 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais incorridas.

4.11 Reconhecimento de receita e apuração do resultado

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa e sua Controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de mercadorias

A receita com venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições são atendidas:

- A Empresa e o comprador aprovaram a transação e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações
- A Empresa pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos
- A Empresa pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos
- A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato)
- É provável que a Empresa receberá a contraprestação à qual terá

direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. A receita de venda de produtos é reconhecida quando todos os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

(b) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

4.16 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

(b) Transações e saldos

As operações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações ou da apresentação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no "Resultado financeiro".

5 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Empresa é parte em processos trabalhistas, fiscais e cíveis e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas, registradas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de consultores legais externos, para as causas classificadas como de risco de perda provável. Em 31 de dezembro de 2018 não havia processos em aberto com classificação de risco de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2019 existem processos judiciais trabalhistas contra a Empresa, cuja probabilidade de perda é considerada possível. Os montantes são de R\$ 7 e 50% deste valor foi provisionado a despeito da classe de risco indicada pelo assessor legal.

Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela Administração da Empresa. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais e da Administração da Empresa, todos os tributos e demais obrigações assumidas pela Empresa têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e, em 31 de dezembro de 2019 e não são conhecidas ações de vulto formalizadas contra a Empresa e sua controlada que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

6 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 20.683.631, representado por 19.733.631 ações ordinárias e 10.000 ações preferenciais.

7 Destinação dos resultados

O lucro líquido do exercício, após compensação de prejuízos acumulados, constituição das reservas legais e estatutárias e destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, terá a destinação que lhe for determinada em AGO, conforme determina o estatuto social.

7.1 Distribuição de lucros

O lucro líquido anualmente apurado pela Empresa terá a destinação que lhe for determinada pelos acionistas que representem a maioria do capital social da Empresa, conforme decidido pelos acionistas representando a totalidade do capital social.

Antônio Carlos Zem

CEO e Representante Legal (CPF 716.028.448-87)

André Luís São Pedro Leal

CFO e Representante Legal (CPF 873.936.035-00)

Marcio Eduardo Garcia Romero

Contador – CRC 1SP214204/O-1 (CPF 249.597.728-67)

INCORPORAÇÃO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OMAHA X39
SPE LTDA., com CNPJ: 31.717.451/0001-78 torna público que irá requerer ao INSTITUTO ÁGUA E TERRAS - IAT, **LICENÇA DE INSTALAÇÃO - LI**, do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OMAHA, a ser implantado na Rua Manoel Fernandes Alves, 07, Lamenha Grande, Almirante Tamandaré/PR.

GRANDE OPORTUNIDADE 04/08/2020
LEILÃO DE IMÓVEIS 11h
(LEILÃO SOMENTE ON-LINE)

CURITIBA-PR
TERRENO COM 34.100m² Lance mínimo: R\$ 24.000.000,00

OPORTUNIDADES EM IMÓVEIS
Terreno Urbano e suas benfeitorias, distante aproximadamente 11 Km do Centro da cidade.
TOPOGRAFIA PLANA/SEMIPLANA | **À VISTA OU SINAL DE 30% + 12 PARCELAS.**

Informações: (11) 3093.5276 | **Veja essa e outras opções em** www.leilaovip.com.br | **Leilão VIP**

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2020

OBJETO: Contratação de serviços especializados de agente de integração, mediante pagamento de taxa de administração por estudante, referente aos serviços de administração do programa de concessão de vagas de estágio remuneradas, conforme condições, quantidades e exigências constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** A partir do dia 30/07/2020 até 08h15 do dia 12/08/2020, horário de Brasília (DF). **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA:** dia 12/08/2020 às 09h. **LOCAL:** www.llicitacoes-e.com.br – “acesso identificado”. **VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 224.893,20 (Duzentos e vinte e quatro mil oitocentos e noventa e três reais e vinte centavos). O edital está disponível para download no Portal de Transparéncia: www.comespsaude.com.br e plataforma do Banco do Brasil: www.llicitacoes-e.com.br. **INFORMAÇÕES:** Quaisquer dúvidas oriundas do presente edital poderão ser dirimidas pelo e-mail llicitacao@comespsaude.com.br, ou pelo telefone (41) 3154-5010, nos dias úteis das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. **POLYANA RODRIGUES PEDRO** - PREGOEIRA DO COMESP

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DE LINHA, MOBILIÁRIO SOB MEDIDA, LIXEIRAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA AS UNIDADES SESC BELA VISTA DO PARAÍSO E PARQUE AMBIENTAL DE RIO NEGRO. **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 13 DE AGOSTO DE 2020. **HORÁRIO:** ÀS 11h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 54/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS ELETRODOS COM BATERIA PAD/PAK ADULTO PARA DESFIBRILADOR PARA O SESC PARANÁ. **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 11 DE AGOSTO DE 2020. **HORÁRIO:** ÀS 10h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 56/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ARROZ E FEIJÃO PARA O SESC PARANÁ. **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 14 DE AGOSTO DE 2020. **HORÁRIO:** ÀS 10h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 57/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SALGADOS, PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E POLPAS DE FRUTAS CONGELADAS PARA OS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO DO SESC PARANÁ. **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 11 DE AGOSTO DE 2020. **HORÁRIO:** ÀS 10h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

Os instrumentos Convocatórios e seus Anexos estão à disposição das empresas interessadas no site do SESC PARANÁ www.sescparana.com.br e também no site do Banco do Brasil www.llicitacoes-e.com.br.

Curitiba, 30 de julho de 2020. DARCI PIANA. Presidente do Conselho Regional.

Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3321-8531

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA